

# Ulysses frustra manobra da esquerda

Foto de Sérgio Marques



Covas reclama com Ulysses da derrota da reivindicação de seu grupo

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, frustrou ontem um esforço de última hora da esquerda para prejudicar o Centrão. A manobra consistia na retirada dos destaques, todos da esquerda, para forçar a conclusão do processo de votação do substitutivo da Mesa que altera o Regimento Interno, o que bloquearia o esforço do Centrão para garantir que o prazo de apresentação de emendas ao projeto de Constituição só comece em janeiro.

Ulysses marcou para terça-feira nova sessão para tentar concluir o processo de votação de alteração do Regimento, que vem se arrastando desde o dia 25. O plenário aprovou na quarta-feira o projeto da Mesa que modifica o Regimento. Falta votar as emendas a este projeto, para que o processo se conclua. Mas a ausência do quorum (mínimo de 280 constituintes), provocada pelo Centrão, e o fracasso da negociação entre os grupos, impediram que ontem — como na quarta-feira — fossem votadas as emendas.

Ulysses havia prometido ao Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), que encerraria a votação caso a esquerda retirasse os destaques, mas recuou, pressionado pelo Centrão.

A tática foi concebida pelos grupos ligados a Fernando Henrique e ao Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), quando tudo indicava que a votação favoreceria o Centrão. O PT mostrou-se intransigente e não queria aceitar a proposta de retirada dos destaques. Ulysses foi convencido a suspender a sessão para que a bancada do PT examinasse o assunto.

Fernando Henrique levou aos pevistas a informação de que o Centrão estaria desarticulado para apresentar emendas a partir de hoje e que Ulysses já concordara em dar o Regimento por aprovado, tão logo fossem retirados os destaques.

O Senador contestava, sobretudo, o receio do PT de que o Centrão não estivesse realmente desarticulado e que a retirada dos destaques acabasse por fazer com que o partido, indiretamente, acatasse a proposta de regimento dos "moderados".

Depois de cerca de 40 minutos de reunião, o PT enviou ao plenário o Deputado Plínio Arruda Sampaio (SP), em busca de uma garantia pessoal de Ulysses. Plínio voltou trazendo a informação de que o Deputado estava disposto a colocar em votação a redação final — exatamente o contrário do que garantiria Fernando Henrique. A bancada retornou, en-

tão, ao plenário, onde ainda foi pressionada pelo Senador:

— Acho que é uma loucura vocês fazerem isso. Daqui para a frente, cada um assuma sua responsabilidade, porque não vai ter mais Constituição — afirmava.

Dirigentes da "esquerda", como o Líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), também repreenderam o PT por ter anunciado a tática de retirada dos destaques antes do momento oportuno. A argumentação foi que, com a revelação do triunfo, o Centrão teve tempo de correr para junto de Ulysses, para, com auxílio de assessores, encontrar meios de impedir a manobra.

O Centrão não deu quorum, pela segunda vez, para que se votasse ontem o requerimento de um dos seus líderes, o Deputado José Lourenço (PFL-BA), que propunha a votação

em bloco das cinco emendas destacadas para o projeto de alteração do Regimento, aprovado na quarta-feira. Apenas 173 dos 559 constituintes responderam à chamada: 118, entre os quais seis do próprio Centrão, votaram contra o requerimento, 54 votaram a favor e um se absteve — o de Ulysses. Para a votação era necessária a presença mínima em plenário de 280 constituintes.

Houve ausências também do lado dos "progressistas", mas o maior número delas ficou mesmo com o Centrão, que vinha garantindo maioria em todas as votações do Regimento. E assim como houve votos contrários do lado do Centrão, houve também um voto da esquerda a favor do requerimento: o do Deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ), para quem a Constituinte precisa sair do impasse em que se encontra e começar a votar a futura Constituição.

## Indefinição do Regimento pode dar 5 anos a Sarney

BRASÍLIA — O risco da inviabilização das eleições diretas para a Presidência da República no próximo ano é, na opinião dos defensores dos quatro anos de mandato para o Presidente Sarney, a principal consequência da indefinição do Regimento Interno da Constituinte. Segundo eles, o atraso na votação do Regimento prenuncia um atraso nos trabalhos e na promulgação da Carta.

— Esta é uma articulação óbvia e todos estão percebendo que há uma manobra para evitar as eleições diretas no ano que vem — afirmou o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

Alguns constituintes vão mais longe. O Deputado Geraldo Alckmin (PMDB-SP) afirmou que o atraso na promulgação da Constituição poderá inviabilizar inclusive as eleições municipais do próximo ano, já que o projeto de Constituição determina que o número de vereadores será variável, de acordo com o que dispuser

a Constituição do Estado. Assim, se a promulgação da Carta Magna se der apenas em meados de 1988, dificilmente as Constituintes estaduais — que se instalarão em seguida — poderão elaborar tais dispositivos em tempo hábil.

Para o Senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), quem sairá beneficiado com esse adiamento será o Presidente Sarney. Segundo ele, o atraso na conclusão dos trabalhos da Constituinte fortalecerá a tese dos cinco anos. Na previsão do Deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ), se a votação do Regimento for adiada para janeiro, a Constituição será promulgada apenas em meados de junho.

— Esta tática é de um setor do Centrão mais diretamente vinculado ao Palácio — afirmou o Líder do PC do B, Deputado Aldo Arantes.

Para ele, se a Constituinte terminar seus trabalhos até março, ainda será possível a realização de eleições presidenciais no próximo ano. Se for adiante, a eleição poderá estar com-

prometida. Aldo Arantes acha, no entanto, que há uma vertente do Centrão mais preocupada com questões econômicas e financeiras e a este grupo não interessa o adiamento.

O Deputado Luis Eduardo (PFL-BA), um dos articuladores do Centrão, disse que essa hipótese "é uma bobagem". Segundo ele, o mandato do Presidente Sarney será decidido pelo voto. Eduardo previu que a discussão regimental atrasará no máximo em 48 horas a abertura dos prazos para apresentação de emendas. Ontem negociava-se para que o prazo se iniciasse a 4 de janeiro, o que não deverá ocorrer.

Outro parlamentar do Centrão, o Deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), também não partilha da opinião de que o adiamento da votação para o início de janeiro prejudique as eleições presidenciais no próximo ano.

— Ao contrário, a modificação do Regimento vai acelerar o processo — afirmou.

## Deputado já admite que Carta não sai em fevereiro

BRASÍLIA — Depois de mais um dia à frente de negociações que resultaram infrutíferas, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, já no meio da tarde de ontem, admitiu que a nova Constituição poderá não ser promulgada em fevereiro — como esperava — e não escondeu sua frustração.

— O que posso fazer? Faço o impossível, nos limites das minhas forças, dos meus apelos. Acho que os constituintes deveriam estar em Brasília. — desabafou ele, ao explicar que poderá tentar convocar sessões para encerrar a votação do Regimento ainda este ano. Mas acrescentou

que dificilmente haverá quorum na próxima semana e, logo a seguir, virão os feriados de fim de ano.

Durante as negociações de ontem, Ulysses chegou a ter esperanças de que o episódio do Regimento se encerrasse, como disse, de manhã, após reunião com o Centrão e os "progressistas". Naquele momento, dois pontos do acordo estavam definidos e o Presidente da Constituinte mostrava-se otimista quanto a um possível entendimento.

Ulysses, que há muito vem mostrando preocupação com o atraso na elaboração da nova Constituição, abriu a reunião fazendo um apelo ao

bom senso. Pediu a todos os setores que se entendessem, pois o País espera pela nova Carta. Apesar de todos concordarem com ele, na prática tudo ficou como antes.

Ulysses Guimarães viaja hoje cedo para São Paulo. Voltará para as sessões da próxima semana mas passará o Natal e o Ano Novo em seu Estado. Será seu mais longo período em São Paulo desde a instalação da Constituinte, quando praticamente se transferiu para Brasília. Em novembro, permaneceu em São Paulo, entretanto, quase uma semana, sendo submetido a uma angioplastia (desobstrução de uma artéria).

## Novo grupo elabora suas propostas de negociação

BRASÍLIA — O "grupo do entendimento", como se autodenominou ontem o novo alinhamento de constituintes "liberais" que pretende isolar os conservadores do Centrão e os progressistas radicais, aprovou ontem a criação de seis comissões temáticas. Até a próxima terça-feira, elas vão elaborar propostas que sirvam de base à negociação dos 14 pontos polêmicos levantados por sua coordenação provisória. Decidiu ainda adotar a mesma organização do Centrão, para que possa atuar com eficiente em plenário.

Na linha de frente do grupo estão os dissidentes do PFL e o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que teme que prevaleça nas votações em plenário a disputa ideológica. Ontem, na segunda reunião que realizaram, com 48 constituintes, o grupo já contava com 70. Eles estabeleceram os temas para discussão, destacando seis dos oito títulos que estão no texto aprovado na Sistematização.

Um dos pontos centrais da reunião foi a escolha de um nome para o grupo. Ele já foi chamado de grupo dos "sensatos", "centríno", "liberais modernos" e até mesmo de "Roberta Close", numa alusão à sua indefinida composição ideológica. No final, prevaleceu "grupo do entendimento".